História da Educação no Brasil: do "descobrimento" à República e a longa jornada da Educação no Brasil

Tudo começou em **1500**, quando **Pedro Álvares Cabral** chegou às terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil. Naquela época, quem governava Portugal era o **rei Dom Manuel I**, conhecido como *"o Venturoso"*. O território era habitado por diversos povos indígenas que já tinham suas próprias formas de ensinar e aprender, baseadas na oralidade, na convivência e na prática cotidiana. Essa era uma **educação viva**, comunitária e integrada à natureza. Com a chegada dos portugueses, porém, começou o processo de imposição cultural: os saberes indígenas foram desprezados e substituídos por uma visão de mundo europeia e cristã.

Em **1530**, sob o reinado do **rei Dom João III**, teve início a colonização organizada. O sistema de **Capitanias Hereditárias** e o **Governo-Geral**, criado em 1549, implantaram a estrutura administrativa da colônia, com **Tomé de Souza** como primeiro governador. Nesse mesmo período chegaram os **jesuítas**, liderados por **Padre Manuel da Nóbrega** e **José de Anchieta**, trazendo o projeto de evangelização e ensino. Criaram colégios e escolas com base no ***Ratio Studiorum***, um método europeu voltado para a formação religiosa e moral. Assim nasceu a **primeira forma de educação institucional no Brasil**, centrada na fé, na obediência e na catequese dos indígenas e filhos de colonos.

Nos séculos **XVII e XVIII**, o Brasil passou pelos ciclos econômicos do **açúcar** e do **ouro**, ainda sob domínio da monarquia portuguesa governada por **Dom João V** e depois por **Dom José I**. A educação seguiu o mesmo padrão: elitista, controlada pela Igreja e acessível apenas aos filhos da elite colonial. A **educação feminina** era praticamente inexistente e o ensino popular, desprezado.

Em **1759**, o **Marquês de Pombal**, ministro de Dom José I, expulsou os jesuítas, rompendo com o monopólio religioso sobre a instrução. No lugar dos colégios da Companhia de Jesus, criou-se o sistema das **Aulas Régias**, com professores pagos pela Coroa. Foi o início da **educação pública e laica**, embora ainda desorganizada e precária.

Com a **chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808**, fugindo das tropas napoleônicas, o **rei Dom João VI** transformou o Rio de Janeiro na sede do império luso. A mudança trouxe uma revolução cultural: foram criadas instituições como a **Imprensa Régia**, a **Biblioteca Real**, o **Museu Nacional**, o **Banco do Brasil** e escolas técnicas e militares. Pela primeira vez, o país teve

acesso à **educação superior** e à **ciência aplicada**, ainda que apenas a uma minoria da população. A presença do rei estimulou um ambiente intelectual inédito, abrindo caminho para o desenvolvimento de uma consciência nacional.

Em **1822**, o Brasil proclamou sua **Independência**, e o **príncipe regente Dom Pedro**, filho de Dom João VI, tornou-se o **primeiro imperador do Brasil: Dom Pedro I**. No campo da educação, esse período trouxe a **Constituição de 1824**, que determinava a **instrução primária gratuita para todos os cidadãos** — uma promessa mais simbólica do que efetiva. Em **1827**, Dom Pedro I sancionou a **Lei das Escolas de Primeiras Letras**, que previa a criação de escolas em todas as cidades e vilas. Foi o primeiro passo legal para a **educação pública brasileira**, ainda que na prática houvesse carência de escolas, professores e recursos. A educação começava, aos poucos, a se tornar uma preocupação do Estado.

Com a **abdicação de Dom Pedro I em 1831**, o trono passou ao seu filho de apenas cinco anos, **Dom Pedro II**, dando início ao **Período Regencial (1831–1840)**. Durante esse tempo, o país foi governado por regentes entre eles **Diogo Antônio Feijó** e **Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda)**. A instabilidade política e as diversas revoltas regionais marcaram a época, e isso refletiu também na educação: cada província ficou responsável por organizar seu próprio sistema de ensino, o que gerou desigualdade e descontinuidade. Ainda assim, começaram a circular ideias liberais e republicanas que viam a educação como ferramenta de progresso e cidadania.

Em **1840**, com o **Golpe da Maioridade**, **Dom Pedro II** foi declarado apto a governar aos 14 anos, iniciando um dos períodos mais estáveis da história do país: o **Segundo Reinado** (1840–1889). Educado e amante do saber, Dom Pedro II valorizava as letras, as ciências e as artes. Sob seu governo, foram criados **liceus**, **institutos de formação de professores**, **escolas normais** e novas **faculdades**, como as de Direito em São Paulo e Olinda. Também surgiram as primeiras discussões sobre **educação feminina**, com a abertura de escolas para mulheres. Ainda assim, o analfabetismo era altíssimo, e a educação continuava restrita às elites urbanas.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil, ainda sob **Dom Pedro II**, viveu profundas transformações. A economia cafeeira se expandia, o trabalho escravo entrava em declínio e as ideias abolicionistas e republicanas ganhavam força. Leis como a **Lei do Ventre Livre (1871)** e a **Lei dos Sexagenários (1885)** prepararam o caminho para a **Lei Áurea**, assinada em **13 de maio de 1888**

pela **princesa Isabel**, que aboliu definitivamente a escravidão. Contudo, a abolição veio sem políticas de inclusão: milhões de pessoas libertas continuaram sem acesso à escola. O ensino seguia excludente, sem políticas de alfabetização popular.

Por fim, em **15 de novembro de 1889**, o **Marechal Deodoro da Fonseca** liderou o movimento que **proclamou a República**, encerrando o Império de Dom Pedro II. O novo regime prometia modernizar o país e fazer da **educação laica, pública e obrigatória** a base da cidadania republicana.

A **separação entre Igreja e Estado** abriu espaço para uma escola mais científica e menos religiosa. A ideia era formar o novo "cidadão republicano", consciente de seus direitos e deveres. Mas, apesar do discurso, a educação para todos ainda estava longe de ser realidade. Era o fim do Império e o começo de um novo capítulo da história, tanto política quanto educacional do Brasil.

📚 Síntese interpretativa

A história da educação brasileira acompanha de perto a trajetória política do país.

- **Na colônia**, a Igreja dominava o ensino.
- **Com o Império**, o Estado assumiu o papel de organizador, mas manteve o caráter elitista.
- **Na República**, surge o ideal da escola pública e laica, embora sua efetivação real só aconteça no século XX.

Período Histórico	Governante(s)	Contexto Político e Social	Características da Educação no Brasil
1500–1530 Período Pré-Colonial	**Rei Dom Manuel I (Portugal)**	Chegada de **Pedro Álvares Cabral**. Território habitado por povos indígenas com culturas e saberes próprios.	Educação indígena baseada na oralidade, na experiência e na convivência. Não havia escolas formais; o aprendizado era comunitário e cotidiano.
1530–1759 Período Colonial (Jesuítico)	**Rei Dom João III → Dom Sebastião → Dom João V → Dom José I**	Implantação das **Capitanias Hereditárias** e do **Governo-Geral**. Chegada dos **jesuítas** em 1549. Formação da sociedade colonial agrária e escravocrata.	Os **jesuítas** organizaram o primeiro sistema de ensino: **educação religiosa, moral e disciplinar** (Ratio Studiorum). Ensino voltado à catequese e formação da elite colonial. Ensino gratuito, mas excludente.
1759–1808 Período Pombalino (Pós-Jesuítico)	**Rei Dom José I / Marquês de Pombal (primeiro-ministro)**	**Expulsão dos jesuítas** (1759). Tentativa de modernização e centralização do ensino pelo Estado.	Criação das **Aulas Régias**, ministradas por professores leigos pagos pela Coroa. Início da **educação laica**. Faltavam estrutura, professores e currículo uniforme. Ensino restrito e desorganizado.
1808–1821	**Rei Dom João VI**	Transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Rio	Criação da **Imprensa Régia**, **Biblioteca Real**, **Museu Nacional**,

Período Histórico	Governante(s)	Contexto Político e Social	Características da Educação no Brasil
Chegada da Família Real		de Janeiro torna-se capital do Império Português. Modernização administrativa e cultural.	**Banco do Brasil** e **escolas técnicas e superiores**. Início do **ensino científico e profissionalizante** no Brasil.
1822–1831 Primeiro Reinado	**Imperador Dom Pedro I**	**Independência do Brasil (1822)**. Formação do Estado nacional. Outorga da **Constituição de 1824**.	Constituição garante "**instrução primária gratuita para todos**". Criação da **Lei das Escolas de Primeiras Letras (1827)**. Início da **educação pública legalmente instituída**, mas com baixa execução prática.
1831–1840 Período Regencial	**Regentes: Diogo Feijó, Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)**	Abdicação de Dom Pedro I. Governo de transição e instabilidade. Revoltas regionais.	**Educação descentralizada**: cada província organiza seu ensino. Ausência de padronização e grandes desigualdades regionais. Primeiras ideias de educação como **instrumento de cidadania**.
1840–1889 Segundo Reinado	**Imperador Dom Pedro II**	Golpe da Maioridade (Dom Pedro II assume com 14 anos). Estabilidade política, crescimento econômico e expansão do café.	Valorização do saber e das ciências. Criação de **liceus, escolas normais, faculdades de direito e institutos de formação docente**. Educação feminina ganha espaço. Ainda elitista e excludente.
1871–1888 Fim do Império e Abolição	**Dom Pedro II e Princesa Isabel (regente em 1871 e 1888)**	Leis abolicionistas: **Lei do Ventre Livre (1871)**, **Lei dos Sexagenários (1885)** e **Lei Áurea (1888)**.	Ausência de políticas educacionais para os libertos. **Educação pública insuficiente** e concentrada nas elites. Cresce o movimento republicano e a ideia da **escola como espaço de emancipação**.
1889 Proclamação da República	**Marechal Deodoro da Fonseca**	Fim da monarquia e início da **República Federativa do Brasil**. Separação entre Igreja e Estado.	Início da **educação republicana, laica e obrigatória**. A escola passa a ser vista como base da cidadania e da modernização nacional. Porém, o acesso ainda é restrito à elite urbana.